



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Acompanhar a regulamentação relativa ao ingresso de pessoal nos estabelecimentos educativos de menores**

Segundo o Governo, dispararam no ano judiciário de 2019/2020 os inquéritos autuados contra crimes relacionados com pornografia de menores, passando de 1 a 19 casos, comparativamente com o ano judiciário de 2018/2019, e registaram-se na primeira metade do corrente ano 10 crimes relacionados com abuso sexual de menores, um aumento para o dobro, ao comparar com o período homólogo do ano passado, casos estes que merecem aqui atentar sobre o local e o pessoal envolvido, pois a grande maioria ocorreu em estabelecimentos de ensino ou em equipamentos sociais que, em princípio, deviam ser considerados os mais seguros, mas passaram a ser locais com potenciais riscos de os menores virem a ser abusados sexualmente, situação esta que já suscitou a atenção da sociedade e dos encarregados de educação.

Na verdade, as escolas, os centros de explicações e as creches são os locais mais frequentados por menores e onde estes passam mais tempo, devendo, por isso, haver uma maior exigência, em termos de segurança e de disciplina ético-moral do seu pessoal. Se bem que haja legislação e medidas para disciplinar o pessoal desses estabelecimentos, o certo é que são pouco exigentes, em termos de restrições do pessoal. Por exemplo, é exigido ao pessoal docente das escolas e dos centros de explicações a apresentação do certificado de registo criminal, mas não se especifica que tenha de ser actualizado anualmente. Contudo, essas normas não se



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

aplicam aos trabalhadores das creches, nem há leis que assim o exijam, dependendo tudo, portanto, da autodisciplina e das condições definidas por altura da contratação do pessoal.

Mais, a reabilitação pode ser requerida, preenchidos alguns requisitos, mas não havendo nada a constar no registo criminal em desabono de uma pessoa, esta poderá assumir funções nesses estabelecimentos, só que a sociedade tem opinião diferente. Para melhor protecção dos menores, lançaram vários países e regiões as mais diversas medidas. Por exemplo, Hong Kong lançou, em 2011, uma medida que permite ao empregador exigir aos candidatos a postos de trabalho prestados a menores ou a incapacitados por demência mental a apresentação dos resultados de uma pesquisa feita aos registos dos indivíduos condenados por crimes sexuais. Há também na China uma disposição congénere, pois, segundo os artigos 62.º e 63.º da Lei de Protecção dos Menores, as unidades são obrigadas a consultar os registos criminais, junto dos Serviços de Segurança Pública e da Procuradoria, relativos aos candidatos, e a actualizar as respectivas informações. São, pois, práticas que merecem ser consideradas.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Deve o Governo, tendo por referência as práticas de outras localidades, proceder a estudos, no sentido de estabelecer um mecanismo de consulta dos registos de crimes relacionados com abuso sexual ou criar uma base de dados sobre delinquentes de crime de abuso sexual, determinando que os candidatos a postos de trabalho com contacto com menores, ou os seus empregadores, possam requerer ou consultar, mediante acordo mútuo, esses registos. Vai fazê-lo?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Para reforçar a protecção dos menores, nas leis reguladoras dos estabelecimentos de ensino e de prestação de cuidados a menores, deve-se aumentar as exigências e exigir aos seus trabalhadores uma maior disciplina ético-moral, nomeadamente, no “Regime de licenciamento e fiscalização dos centros particulares de apoio pedagógico complementar”, nas “Normas reguladoras de instalação e funcionamento de creches” e no “Licenciamento e fiscalização dos equipamentos sociais”, uniformizando o regime de ingresso e de apresentação regular do certificado de registo criminal, e definindo o respectivo regime sancionatório. Vai fazê-lo?

23 de Outubro de 2020

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Wong Kit Cheng**